

A123003

# PDU divide vereadores antes de ser analisado pela Câmara

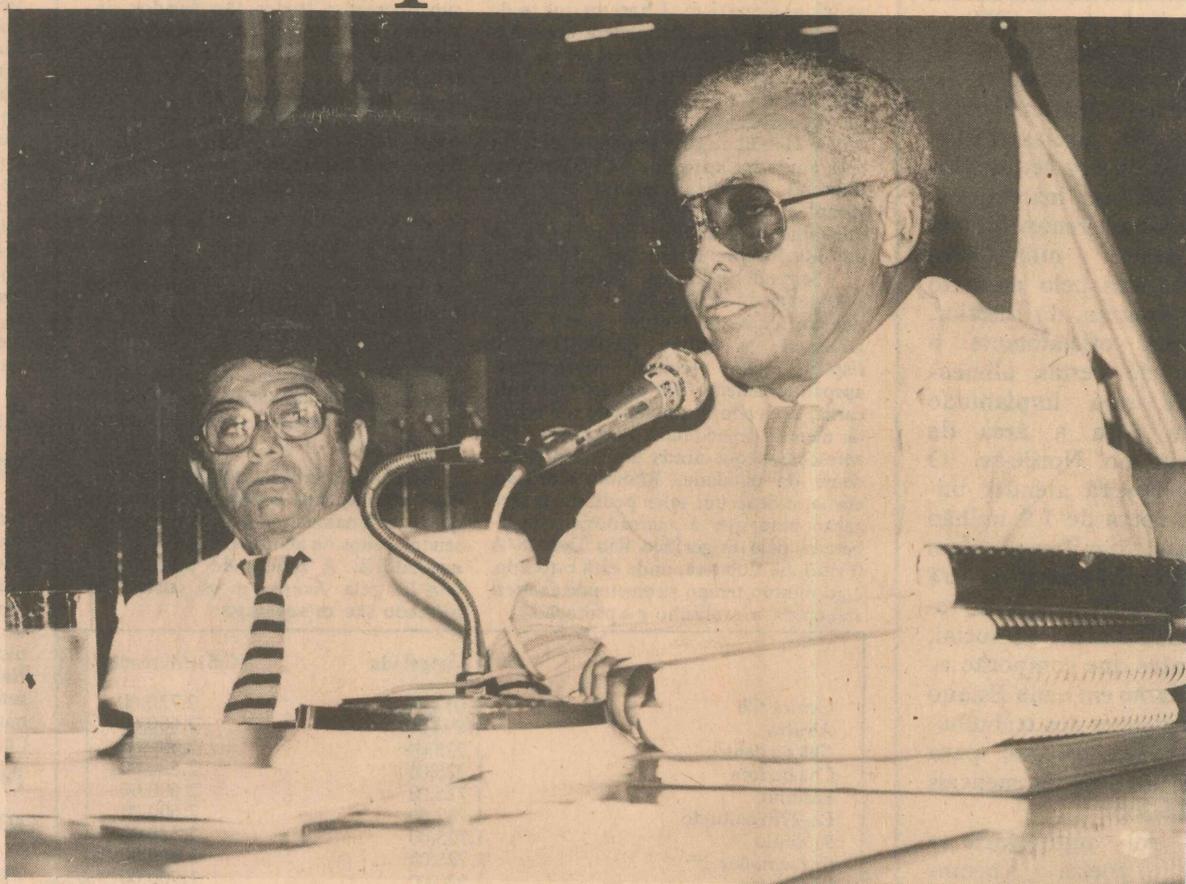
Encaminhado ontem, através de sessão solene, à Câmara Municipal, o Plano Diretor Urbano (PDU) de Vitória começará a ser analisado pela Comissão de Legislação e Justiça na próxima terça-feira e já terá um problema. Alguns vereadores não concordaram com a elevação do gabarito dos prédios em Jardim da Penha e Jardim Camburi para 12 andares. Entre eles, Rui Crespo e Gibson Muniz, que pretendem emendar o projeto, impedindo a autorização para a construção dos esgotos nos dois bairros.

Segundo os vereadores, Jardim da Penha, principalmente, já é um bairro superpopuloso, e, com o surgimento de aglomerados de 12 pavimentos, os esgotos serão insuficientes para o escoamento dos dejetos humanos, faltarão escolas e haverá problemas para a instalação de telefones e com o abastecimento de água, especialmente, porque se trata de dois bairros nos locais denominados "final de rede", onde o líquido geralmente falta. Gibson lembrou, por exemplo, que em Jardim Camburi sempre houve queixa de falta d'água, considerando também que, caso sejam autorizados edifícios de 12 andares em Jardim Camburi, o bairro ficará inundado, pois não existem esgotos por lá, e, sim fossas.

## PROTESTOS

Outro ponto que causará protestos na Câmara e que poderá provocar a apresentação de uma emenda refere-se ao Conselho Municipal. Recentemente, o vereador Stan Stein, líder do PMDB, havia levantado dúvidas quanto à validade do conselho, mas o vereador Gibson Muniz, além de considerar o órgão fundamental, quer alterá-lo. Ele acha muito pequena a designação de apenas dois membros da comunidade para compor o conselho contra sete integrantes do Executivo e ainda representantes do sindicato patronal da construção civil, Cesan, Telest e Escelsa. Segundo ele, "hoje, o governo é do PMDB, popular, mas o próximo mandato pode ser de outro partido e um empresário assumir a prefeitura. Com um conselho majoritário, a cidade poderá ser manobrada a seu bel-prazer".

Tanto Rui Crespo como Gibson Muniz disseram que, antes de apresentarem qualquer emenda, pedirão uma avaliação técnica da liberação para a construção de pavimentos de 12 andares em Jardim da Penha. E



Arnaldo Pinto não permitirá a criação de comissões especiais para estudo do PDU em Vitória

acrescentam que, para esse tipo de edificação, será necessário um espaço para a aeração do bairro proporcional à área construída. Mas se mostram mais preocupados com a impossibilidade de escoamento normal de esgotos e a falta de infra-estrutura, tanto de Jardim Camburi, como de Jardim da Penha, para receberem habitações multifamiliares e que possam abrigar, no mesmo espaço onde hoje reside uma média 12 famílias, um total de 48 famílias, considerando-se quatro habitações por andar.

## CONSELHO

Sobre o Conselho Municipal, Gibson Muniz afirma que pretende apresentar uma emenda aumentando o número de representantes da municipalidade no órgão, de forma a possibilitar uma equiparação de forças entre os representantes da comunidade e os das entidades oficiais. Gibson garante que o conselho não ficará apenas com dois membros da comunidade, permitindo, assim, uma maior participação popular na decisão sobre os destinos da cidade. Ele, no entanto, destacou a sua intenção de votar a favor do PDU, que deverá tramitar na Câmara Municipal em regime preferencial, conforme informou o vereador Gildo Ribeiro (PMDB). E isso tem causado apreensão entre os vereadores, que ontem já reclamavam que deveria ter sido providenciada

uma cópia para cada um deles, a fim de que pudessem estudar o projeto, que compreende quatro volumes, enquanto ele era analisado pela Comissão de Legislação e Justiça. Possivelmente a partir da entrada do projeto em pauta na segunda-feira e com sua distribuição para as comissões isso aconteça. O presidente da Câmara Municipal, Arnaldo Pinto da Vitória, disse ontem que não irá permitir a criação de comissões especiais para estudo do PDU, por entender que são desnecessárias e que podem se transformar, como no passado, de móvel para exploração política do projeto.

## BERREDO

Ao encaminhar o PDU para a Câmara Municipal, o prefeito Berredo de Menezes destacou: "O projeto pretende avaliar distintas funções e atividades urbanas de Vitória, assegurar o convívio social da população, tanto a nível de moradia como de cidade, adequar a cidade à estrutura urbana pretendida para a aglomeração da Grande Vitória, ao crescimento demográfico previsto e às funções regionais do município e preservar e conservar as áreas e equipamentos de valor histórico, paisagístico e natural".

Pretende ainda o PDU, segundo a justificativa do prefeito Berredo de Menezes, "promover o convívio e o equilíbrio entre o homem e a nature-

za, distribuir a densidade demográfica da área urbanizada — de forma a proporcionar maior eficiência na distribuição dos serviços públicos à comunidade — e disciplinar as tendências de crescimento desordenado em algumas áreas, através da introdução de normas para ocupação e uso do solo". Diz ainda o documento que a finalidade do Plano Diretor é também a de "distribuir os equipamentos na cidade, como um todo, de forma a redistribuir os benefícios e oportunidades desses investimentos, racionalizar a aplicação de recursos públicos e minimizar os custos financeiros, além de ajustar o sistema viário ao desenvolvimento urbano do município".

Sobre o Conselho Municipal do plano, a justificativa ao projeto diz que "ele foi proposto tendo como pano de fundo o ajustamento da realidade urbana ao desejado, o de laboratório urbano, na medida em que diversos órgãos e diversas visões do município se reúnam para discutir e dar soluções para os casos não previstos, soluções novas ou interpretações da lei, diminuindo, desta forma, os arbítrios que se cometem nesse sentido. O conselho é um órgão de assessoramento ao Executivo, não tendo função normativa ou executiva. Suas soluções devem ser homologadas por ato do Executivo municipal ou serem encaminhadas à Câmara nos casos de alteração das leis de uso do solo".